

## Concurso Público Internacional

DIT/2025/18

AQUISIÇÃO DE 200 COMPUTADORES PORTÁTEIS COM RATO,  
TECLADO E MONITOR DOCA

### **Programa de Procedimento**

## **SECÇÃO I**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 1º**

##### **Objeto do concurso**

1. O presente programa do procedimento constitui e estabelece os termos a que obedece a fase da formação do contrato a celebrar para a aquisição de 200 computadores portáteis com rato, teclado e monitor doca para a Assembleia da República, de acordo com as especificações do caderno de encargos anexo.
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (internacional), nos termos dos artigos 130.º a 154.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei 30/2021, de 21/05, de 31 de agosto, e na sua redação atual (doravante denominado CCP).
3. A escolha do presente procedimento pré-contratual tem por enquadramento legal a alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, ambos do CCP.
4. O presente procedimento não prevê a adjudicação de propostas por lotes de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP.

#### **Artigo 2º**

##### **Entidade pública adjudicante**

A entidade pública adjudicante é a Assembleia da República, sita no Palácio de São Bento, Praça da Constituição de 1976 - 1249-068 Lisboa, NIF 600054128, telefone +351 213919000 e endereço eletrónico [dti.correio@ar.parlamento.pt](mailto:dti.correio@ar.parlamento.pt).

#### **Artigo 3º**

##### **Decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Secretária-geral da Assembleia da República datado de 14 de maio de 2025, precedida de parecer favorável do Conselho de Administração datado de 13 de maio de 2025, nos termos conjugados dos artigos 36.º e 38.º do CCP, ex vi n.ºs 2 e 4 do artigo 54.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), em conjugação com a alínea d) , do n.º 1, do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ponto 1.2 do Despacho de delegação de competências de S. Exa. o Presidente da Assembleia da República com o n.º 12024/2024, datado de 30 de setembro de 2024 e publicado na 2.ª série do Diário da República de 14 de outubro de 2024.

### **Artigo 4º**

#### **Consulta e disponibilidade das peças do procedimento**

1. As peças do concurso estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de contratação pública da Assembleia da República com o endereço <https://www.acingov.pt/> desde o dia seguinte ao da publicação do respetivo anúncio no Diário da República e no JOUE.
2. Para acesso às peças do procedimento os concorrentes devem efetuar o seu registo na Plataforma Eletrónica referida no número anterior.

### **Artigo 5º**

#### **Júri**

3. O presente procedimento pré-contratual é conduzido por um júri designado nos termos previstos no artigo 67.º do CCP, composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais será o seu presidente, e 2 (dois) membros suplentes.
4. Ao júri compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento nos termos estabelecidos no CCP, nomeadamente:
  - a. Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento (artigo 50.º do CCP);
  - b. Determinar a eventual prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas (artigo 64.º do CCP);
  - c. Decidir sobre a classificação de documentos da proposta (artigo 66.º do CCP), e;
  - d. Proceder às notificações, em plataforma eletrónica, das decisões tomadas pelo órgão competente para a decisão de contratar.
5. Os membros do júri procederam à subscrição da declaração de inexistência de conflito de interesses conforme o disposto no n.º 5 do artigo 67.º do CCP.

### **Artigo 6.º**

#### **Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas os interessados podem solicitar os esclarecimentos que entendam necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, se forem detetados, devem apresentar, ainda, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das referidas peças por si detetados.
2. Os pedidos de esclarecimentos e a apresentação de listas de erros e omissões, deverão ser levados a cabo através da plataforma eletrónica de compras públicas utilizada pela Assembleia da República, acessível através da ligação <https://www.acingov.pt>.

3. Os referidos esclarecimentos, retificações e as respostas às listas de erros e omissões serão prestados na plataforma referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos dos n.ºs 5 e 8 do artigo 50.º do CCP.

## **SECÇÃO II**

### **Propostas**

#### **Artigo 7º**

##### **Documentos que constituem as propostas**

1. A proposta deve obrigatoriamente integrar:
  - a. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa do procedimento;
  - b. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, previsto no artigo 59.º da Diretiva 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, devendo neste caso ter em atenção o vertido no anexo II do presente programa, a que acresce o seguinte:
    - As partes IV e V do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento;
    - O DEUCP deve ser preferencialmente fornecido em formato eletrónico e assinado com recurso a uma assinatura eletrónica do operador económico ou de legal representante com poderes para o representar, podendo também ser apresentado em suporte papel com assinatura manuscrita, e;
    - Recomenda-se, para efeitos de preenchimento deste formulário a prévia leitura da circular informativa n.º 01/IMPIC/2016, bem como, o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma, em <http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/circular-informativa-no-01impic2016>.
  - c. Preço total da aquisição, que não poderá exceder o montante de 400.000,00 €, acrescidos de IVA calculado à taxa legal aplicável (cláusula 5.ª do CE);
  - d. Preços unitários dos bens a fornecer ao abrigo do contrato a celebrar;
  - e. Prazo máximo para o fornecimento integral dos equipamentos (cláusula 3.ª do CE);
  - f. Prazo de garantia dos equipamentos a fornecer, que não poderá ser inferior a 3 anos (cláusula 14.ª do CE);

- g. Apresentação de forma clara e objetiva das especificações/características dos equipamentos a fornecer, nomeadamente as que dizem respeito às especificações técnicas obrigatórias, mencionadas na parte II (requisitos técnicos) do caderno de encargos, através do preenchimento dos valores **do modelo concreto proposto pelo concorrente** nas tabelas do **anexo III** deste programa do procedimento;
  - h. Apresentação da forma clara e objetiva das características técnicas que fazem parte do critério de adjudicação, mencionadas na parte II (requisitos técnicos) do caderno de encargos, através do preenchimento dos valores **do modelo concreto proposto pelo concorrente** nas tabelas do **anexo III** deste ofício convite, e;
  - i. Folhas de dados (data-sheet) do fabricante, respeitantes aos equipamentos propostos.
- 2. Com exceção dos manuais ou especificações técnicas que podem ser redigidos em língua inglesa, os documentos que integrem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos legais.
  - 3. Os preços a indicar em sede de proposta não devem incluir o IVA, devendo ser indicados em algarismos e por extenso, acompanhados de menção expressa que *“ao preço acresce o IVA”*.
  - 4. A proposta, bem como todos os documentos que a constituem, devem ser assinados pelo concorrente ou pelos seus representantes, com poderes para o efeito.

### **Artigo 8º**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 9º**

#### **Prazo e local para a apresentação das propostas**

- 1. As propostas podem ser apresentadas até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data do envio do respetivo anúncio ao Serviço de Publicações Oficiais da União Europeia;
- 2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no número anterior.
- 3. Entre outros motivos de ordem legal estipulados no CCP e outras disposições legais em vigor, são excluídas as propostas que sejam entregues fora do prazo mencionado no ponto 1 anterior.

### **Artigo 10º**

#### **Modo de apresentação das propostas**

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento a que diz respeito o presente programa, a ser efetuada no portal <https://www.acingov.com>, ficando registada a identificação, o nome do contacto e o endereço eletrónico das entidades que se tenham inscrito.
2. O acesso aos documentos constantes na plataforma eletrónica, bem como à apresentação das propostas, será facultado aos interessados que se inscrevam no mencionado portal.
3. A proposta será obrigatoriamente apresentada na plataforma eletrónica de compras pública utilizada pela Assembleia da República, acessível através da ligação: <https://www.acingov.com>.
4. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum.
5. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos, na medida do estritamente necessário, devendo efetuar o pedido por escrito na Plataforma Eletrónica da Assembleia da República com o endereço referido no ponto 1.

### **Artigo 11º**

#### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **SECÇÃO III**

### **Lista dos concorrentes**

#### **Artigo 12º**

##### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na Plataforma Eletrónica da Assembleia da República supra identificada.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.

## **SECÇÃO IV**

### **Adjudicação**

#### **Artigo 13º**

##### **Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, pela aplicação às propostas dos seguintes fatores, subfatores e valores dos respetivos coeficientes de ponderação, melhor densificados no anexo IV do presente convite:
  - a. Preço (PR), com um peso de 85%, e;
  - b. Características técnicas (CT), com um peso de 15%, densificado pelos seguintes subfatores e respetivos pesos de ponderação:
    - i. Brilho do ecrã – peso 10 %;
    - ii. Resolução da camara– peso 5 %;
    - iii. Capacidade bateria– peso 20 %;
    - iv. Peso do equipamento incluindo bateria – peso 20 %;
    - v. Garantia – peso 20 %,
    - vi. Cor – peso 20%, e;
    - vii. Teclado externo inclui leitor smart card– Peso 5 %.
2. Em caso de empate, será vencedor o concorrente empatado que, pela seguinte ordem de prevalência:
  - a. Seja pontuado em primeiro lugar no fator preço;
  - b. Seja pontuado em primeiro lugar no fator características técnicas, e;
  - c. Caso ainda assim se mantenha o empate, mediante a realização de um sorteio.
3. A entidade adjudicante excluirá as propostas que se revelem inadequadas à Assembleia da República, nomeadamente por não cumprirem os requisitos obrigatórios dispostos no Caderno de Encargos.

#### **Artigo 14º**

##### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio.

## **SECÇÃO V**

### **Habilitação**

#### **Artigo 15º**

##### **Documentos de habilitação e minuta do contrato**

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação
  - a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP, que consta como anexo V do presente programa;
  - b. Comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
  - c. Documento comprovativo de que têm a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d. Documento comprovativo de que têm a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - e. Certidão de registo criminal da pessoa coletiva adjudicatária e dos titulares do órgão de administração/gerência em efetividade de funções, e;
  - f. Documento comprovativo da identidade dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da pessoa coletiva adjudicatária (Certidão permanente da pessoa coletiva, ou respetivo código de acesso).
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido a este último um prazo de 5 (cinco) dias para apresentação dos documentos em falta.
3. No mesmo prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, deverá o adjudicatário pronunciar-se sobre a minuta do contrato, equivalendo o seu silêncio à aceitação desta última.

## **SECÇÃO VI**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 16º**

##### **Despesas e encargos**

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.



**Artigo 17º**  
**Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e no diploma que o aprovou, o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual em qualquer caso sempre a Lei Portuguesa

## ANEXO I

### Modelo de declaração

#### (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 - ... (nome, número de documento de **identificação e morada**), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de

que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

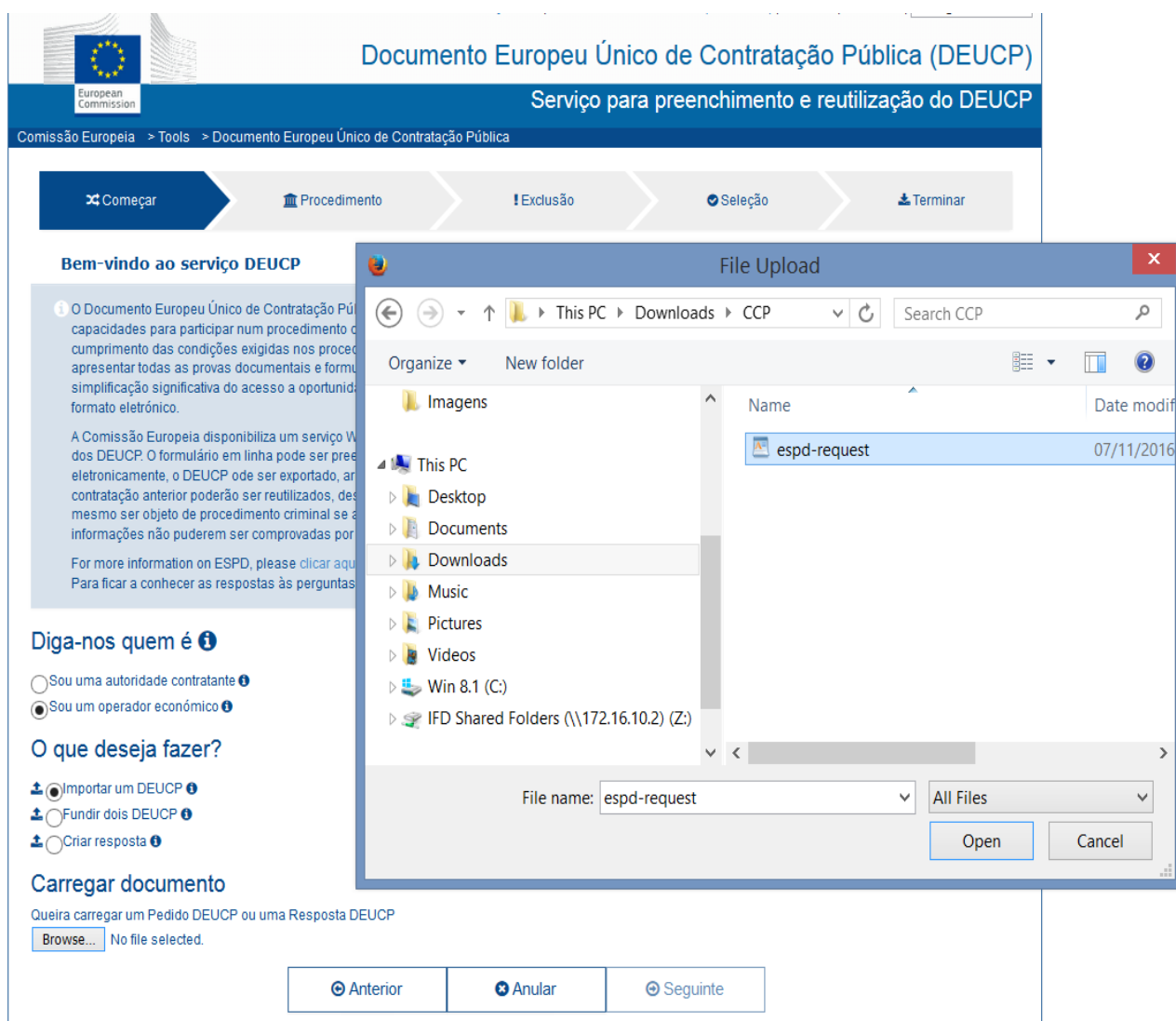
(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

## ANEXO II

### Instruções para preenchimento do DEUCP

1. O DEUCP, de formato eletrónico, deve ser obtido na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>
2. Selecionar “Sou um operador económico”, “Importar um DEUCP” e clicar “Escolher ficheiro”, após o que deve navegar no explorador de ficheiros até à localização do ficheiro “espd-request.xml”.



### Carregar documento

Queira carregar um Pedido DEUCP ou uma Resposta DEUCP

espd-request.xml

### Onde está localizada a sua empresa?

Selecionar país | Portugal

3. Uma vez carregado o ficheiro, selecionar “Portugal” na caixa “Selecionar país” e clicar “Seguinte”
4. Na Parte II [Informações sobre o operador económico], preencher os blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
5. Na Parte III [Motivos de exclusão], responder às questões dos blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
6. Preencher somente a Parte VI [Declarações finais], clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “espd-response.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardá-lo.
7. Anexar o ficheiro criado no ponto anterior aos documentos a submeter no procedimento.

## ANEXO III

### TABELAS

(a que se referem as alíneas g) e h) do n.º 1 do Artigo 7º. do programa do procedimento)

Computadores Portáteis - Características obrigatórias		Característica do equipamento proposto
Marca do computador		
Modelo do computador		
Part number do computador		
Preço Unitário do computador (s/ IVA)		
Processador	Mínimo Intel Core Ultra 5	
Memoria	Mínimo 16GB DDR5	
Disco rígido	Mínimo 512GB SSD PCIe gen4	
Placa Gráfica	Mínimo Integrada UHD Graphics ou equivalente	
Ecrã	Tamanho 14"; Resolução:1920x1200; Tipo: IPS Anti-reflexo, multi-toque, brilho mínimo 300 nits	
Camara	Mínimo 5MP RGB+IR com Microfone e proteção de manual de privacidade incorporada	
Placa de rede	Placa de rede Ethernet Gbe 100/1000M, integrada no chassis, com ficha RJ45	
Rede Wifi e Bluetooth	<ul style="list-style-type: none"> <li>Placa de rede sem fio Wi-Fi 6E AX (2x2), ou superior, integrada no chassis;</li> <li>Ligação Bluetooth 5.3 ou superior</li> </ul>	
Rede móvel WWAN	Placa de rede móvel Wireless WAN 4G LTE CAT16, ou superior, integrada no chassis	
Interfaces	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mínimo 2 portas USB-A 3.2 Gen 1</li> <li>Mínimo 2 portas USB-C</li> <li>Mínimo 1 porta saída de video HDMI 2.1</li> </ul>	
Leitor de Smart Card	integrado no chassis	
Leitor de impressões digitais	integrado no chassis	
Chip de segurança	TPM 2.0 e compatibilidade com Bitlocker da Microsoft	
Teclado	Português com retroiluminação de cor branca	
Bateria	Mínimo: 39Wh	
Peso	Máximo: 1.6 kg	
Sistema Operativo	Licença Windows 11 Pro 64 PT/ENG	
Audio	Mínimo 2x altifalantes 2W; microfone duplo	
Carregador	USB-C mínimo: 65W	
Cor equipamento	Preto/Cinza	
Mala de transporte	Incluída	
Garantia	Mínimo: 3 anos	

Compatibilidade	Compatibilidade garantida com os monitores doca USB já existentes na Assembleia da República com a marca modelo Lenovo Thinkvision T27hv-20 e T27hv-30	
Endereço web da página do fabricante com o pacote de drivers:		

Computadores Portáteis – Características abertas à concorrência		Característica do equipamento proposto
Ecrã	Brilho do ecrã; unidade: nits	
Camara	Resolução da camara; unidade: Mp	
Bateria	Capacidade bateria; unidade: Wh	
Peso	Peso do equipamento incluindo bateria; unidade: kg	
Garantia	Garantia; unidade: anos	
Cor	Preto/Cinza	

Rato e teclado externo - Características obrigatórias		Característica do equipamento proposto
Marca rato		
Modelo rato		
Part number rato		
Preço unitário rato (S/IVA)		
Marca teclado		
Modelo teclado		
Part number teclado		
Preço Unitário teclado (S/IVA)		
Rato externo	Rato externo ótico USB com fio; tamanho normal; tipo padrão com 2 botões e scroll wheel central; cor preta	
Teclado externo	Teclado externo USB com fio; português; Tamanho completo 100% com 104 teclas; cor preta;	

Rato e teclado externo – Características abertas à concorrência		Característica do equipamento proposto
Teclado externo	Inclui leitor smart card; unidade: sim/não	

Monitores de 27" com funcionalidade doca USB - Características obrigatórias		Característica do equipamento proposto
Marca monitor		
Modelo monitor		
Part number monitor		
Preço unitário monitor (S/IVA)		
Ecrã	Tamanho 27" (com flexibilidade de 0,2" para tamanho superior ou inferior)	
Painel	IPS anti-reflexo formato 16:9; Resolução mínima:1920x1080; Tempo de resposta: 5 ms ou melhor Contraste estático: 1000:1 ou melhor Brilho: 250 nits ou superior	

Camara	Webcam integrada com resolução mínima de 4MP RGB+IR	
Funcionalidade doca	Docking Station integrada com mínimo de portas: 1x DisplayPort, 1x HDMI, 1x Ethernet (RJ-45), 2xUSB-A 3.2, 1x USB-C 3.2;1x Audio	
Microfone	Integrado	
Altifalantes	2x Altifalantes integrados	
Suporte monitor	Regulável em rotação e inclinação; cor preto/cinza	
Cabos	Cabo de energia e cabo USB-C para USB-C incluídos	
Garantia	Mínimo 3 anos	
Compatibilidade	Compatibilidade garantida com os portáteis já existentes na AR com a marca modelo Lenovo Thinkpad T14 e Thinkpad T490	



## ANEXO IV

### MODELO DE AVALIAÇÃO

(a que se refere o artigo 13.º do programa do procedimento)

#### 1. Critério de adjudicação

O critério de adjudicação que se propõe é o da proposta economicamente mais vantajosa para a AR, na modalidade melhor relação qualidade-preço, que resultará da aplicação às propostas dos seguintes fatores de avaliação:

- Preço (**PR**), com um peso de 85%;
- Características técnicas (**CT**) com um peso de 15% com os seguintes subfactores e pesos:
  - a. Brilho do ecrã – peso 10 %
  - b. Resolução da camara – peso 5 %
  - c. Capacidade bateria – peso 20 %
  - d. Peso do equipamento incluindo bateria – peso 20 %
  - e. Garantia – peso 20 %
  - f. Cor do equipamento – peso 20%
  - g. Teclado externo inclui leitor smart card – Peso 5 %

#### 2. Avaliação das propostas

A pontuação final de cada proposta (**PF**) será apurada mediante a aplicação da fórmula seguinte:

$$PF = (0.85 * PR) + (0,15 * CT)$$

Sendo que:

**PF** - pontuação final da proposta (arredondada às centésimas)

**PR**- pontuação do fator Preço

**CT**-pontuação do fator Características técnicas.

As classificações serão obtidas pela aplicação, em relação a cada fator de adjudicação, do seguinte modelo de avaliação:

##### 1.1. Preço (**PR**) – (85%)

Para apreciação deste fator, a pontuação de cada proposta será calculada por aplicação da seguinte fórmula ao preço global previsto em sede de proposta para o fornecimento:

$$PR = \frac{-100,00 * atributo^6}{400000^6} + 100,00$$

Em que o campo **atributo** diz respeito ao preço global da proposta apresentado pelos concorrentes.

### 1.2. Características técnicas (CT) – (15%)

Para apreciação deste fator, a pontuação de cada proposta será calculada por aplicação da seguinte fórmula às características técnicas apresentadas em sede de proposta para o fornecimento:

$$CT = (0,1 * BE) + (0,05 * RC) + (0,2 * CB) + (0,2 * PE) + (0,2 * GR) + (0,2 * CE) + (0,05 * SC)$$

Sendo que:

**BE** - Brilho do ecrã (10%)

**RC** - Resolução da camara (5%)

**CB** - Capacidade da bateria (20%)

**PE** - Peso do equipamento (20%)

**GR** - Garantia (20%)

**CE** - Cor do equipamento (20%)

**SC** - Teclado externo inclui leitor smart card (5%)

Para apreciação dos subfactores relativos às características técnicas, as propostas serão classificadas da seguinte forma:

#### 1.2.1. Brilho do ecrã (BE) – (10%)

Para apreciação deste fator, a pontuação será atribuída numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com a aplicação a cada proposta da seguinte tabela:

Brilho do ecrã (BE)	Pontuação
<b>BE</b> = 300 nits	0 pontos
300 nits < <b>BE</b> ≤ 500 nits	50 pontos
<b>BE</b> > 500 nits	100 pontos

Cada proposta será pontuada com os pontos previstos na coluna da direita, conforme o brilho do ecrã do computador portátil, expresso em nits, se enquadre nos intervalos da coluna da esquerda.

#### 1.2.2. Resolução da camara (RC) – (5%)

Para apreciação deste fator, a pontuação será atribuída numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com a aplicação a cada proposta da seguinte tabela:

Resolução da camara (RC)	Pontuação
RC = 5MP	0 pontos
5MP < RC ≤ 8 MP	50 pontos
RC > 8 MP	100 pontos

Cada proposta será pontuada com os pontos previstos na coluna da direita, conforme a resolução da camara do computador portátil, expresso em MP (Mega pixels) se enquadre nos intervalos da coluna da esquerda.

#### 1.2.3. Capacidade da bateria (CB) – (20%)

Para apreciação deste fator, a pontuação será atribuída numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com a aplicação a cada proposta da seguinte tabela:

Capacidade da bateria (CB)	Pontuação
CB = 39Wh	0 pontos
39Wh < CB ≤ 52 Wh	50 pontos
CB > 52 Wh	100 pontos

Cada proposta será pontuada com os pontos previstos na coluna da direita, conforme a capacidade da bateria do computador portátil, expresso em Wh (Watt/hora) se enquadre nos intervalos da coluna da esquerda.

**1.2.4. Peso do equipamento (PE) – (20%)**

Para apreciação deste fator, a pontuação será atribuída numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com a aplicação a cada proposta da seguinte tabela:

Peso (PE) *	Pontuação
$PE \leq 1.4 \text{ Kg}$	100 pontos
$1.4 \text{ kg} < PE \leq 1.5 \text{ Kg}$	50 pontos
$1.5 \text{ kg} < PE \leq 1.6 \text{ Kg}$	0 pontos

\* Incluindo a bateria

Cada proposta será pontuada com os pontos previstos na coluna da direita, conforme o peso do computador portátil, incluindo a bateria, expresso em Kg (quilogramas) se enquadre nos intervalos da coluna da esquerda.

**1.2.5. Garantia (GR) – (20%)**

A apreciação deste fator será numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com a aplicação a cada proposta da seguinte tabela:

Garantia (GR)	Pontuação
$GR \geq 5 \text{ anos}$	100 pontos
$4 \text{ anos} \leq GR < 5 \text{ anos}$	50 pontos
$GR < 4 \text{ anos}$	0 pontos

Cada proposta será pontuada com os pontos previstos na coluna da direita, conforme o respetivo prazo de garantia do computador portátil se enquadre nos intervalos da coluna da esquerda.

**1.2.6. Cor do equipamento (CE) – (20%)**

A apreciação deste fator será numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com a aplicação a cada proposta da seguinte tabela:

Cor Chassis (CC)	Pontuação
Preto	100 pontos
Cinza	0 pontos

Cada proposta será pontuada com os pontos previstos na coluna da direita, conforme a cor do equipamento proposto. Em caso de dúvida quanto à cor (por exemplo, tons intermédios ou designações comerciais ambíguas), será considerada a cor predominante de acordo com a descrição do fabricante e/ou evidência fotográfica apresentada.

**1.2.7. Teclado externo inclui leitor smart card (SC) – (10%)**

A apreciação deste fator será numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com a aplicação a cada proposta da seguinte tabela:

Garantia (GR)	Pontuação
Inclui leitor smartcard	100 pontos
Não inclui leitor smartcard	0 pontos

Cada proposta será pontuada com os pontos previstos na coluna da direita, conforme o teclado USB com fio, inclua ou não inclua leitor de smartcard integrado.

## ANEXO V

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º